



ESTADO DO TOCANTINS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**



**Vereador Folha**

**PROJETO DE LEI Nº 58, DE \_\_\_\_ DE MAIO DE 2023.**

**Determina a disponibilização de informações acerca da composição de alimentos nos estabelecimentos comerciais do Município de Palmas.**

**Art. 1º** Fica determinada a disponibilização de informações acerca da composição de alimentos nos estabelecimentos comerciais do Município de Palmas.

**§1º** Para os fins desta Lei, as informações referidas no *caput* deste artigo devem ser dispostas nas prateleiras ou nas gôndolas, em local de fácil visualização e acesso por parte do consumidor, e podem ser disponibilizadas em *banners*, totens com leitor de códigos de barras ou QR code, entre outros meios.

**§2º** Produtos que contenham em sua composição ingredientes com alto nível de intolerância, tais como lactose, glúten, ovo, soja, milho e levedura, devem ser prioritariamente destacados.

**§3º** Alternativamente ao disposto no *caput* deste artigo, os estabelecimentos comerciais poderão agrupar os produtos alimentícios de mesmo gênero, observando a separação entre os que contêm ingredientes com alto nível de intolerância e aqueles livres de ingredientes que possam causar alergias.

**Art. 2º** Fica a cargo dos estabelecimentos comerciais definir a forma de disponibilização das informações de que trata esta Lei, ficando os fabricantes ou distribuidores responsáveis pelo conteúdo dessas informações e pelo material necessário para divulgá-las.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Folha**

Vereador de Palmas

**RECEBEMOS**  
Em 09/05/23  
Poliana



ESTADO DO TOCANTINS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**



**Vereador Folha**

### **JUSTIFICATIVA**

A restrição alimentar é cada vez mais abordada pela mídia e compartilhada pela população em *blogs* e redes sociais. Por isso, aos poucos, o tema se repercute em ações concretas que possam beneficiar a sociedade brasileira. Uma grande parcela da população sofre com a falta de orientação e informação sobre intolerâncias e alergias alimentares, e as empresas do setor alimentício, responsáveis pela rotulagem dos alimentos, deveriam estar mais atentas em auxiliar o consumidor que sofre com essas restrições.

Embora as expressões “alergia” e “intolerância alimentar” sejam usadas indistintamente, existem diferenças entre os dois quadros. Os sintomas de uma alergia tendem a surgir muito rapidamente após o consumo de um determinado alimento, enquanto os sintomas da intolerância alimentar podem surgir várias horas ou mesmo vários dias após o consumo do alimento responsável pela intolerância.

Portanto, o objetivo deste Projeto de Lei é informar ao consumidor final, para que possa diminuir o prejuízo à sua saúde, que não pode ficar à mercê da falta de informação necessária nos produtos, muitas vezes disposta de maneira de difícil acesso. Por fim, o intuito é orientar de maneira clara e objetiva as pessoas que tenham alguma restrição alimentar, para que elas possam identificar a composição dos alimentos diretamente nas prateleiras ou nas gôndolas dos mercados.

**Folha**  
Vereador de Palmas